

# Meio ambiente hoje: problemas e desafios\*

Washington Novaes\*\*

## Entrevista

**M.L.:** *Pode-se falar em progresso na área ambiental desde a ECO 92 e qual é a contribuição das pequenas organizações e das ONGs para isso?*

**W.N.:** Acho que progresso certamente houve em muitas áreas, mas principalmente na consciência social. Acho que a Rio 92 é um momento, uma espécie de marco, em que ficou clara a gravidade das questões que já tínhamos que enfrentar. Mudanças climáticas, a questão de recursos hídricos, e a da perda de diversidade, os problemas sociais todos no mundo, a gravidade, a urgência de resolver, e isso levou então, naquele momento, a que se assinassem as duas grandes convenções sobre mudanças climáticas em que os países industrializados se comprometeram a não ultrapassar o nível de emissões que haviam atingido em 1990, na convenção sobre a biodiversidade. Então, se estabeleceu o compromisso de cessar a perda de florestas tropicais e outras formas de perda de biodiversidade e, na Agenda 21, que é um documento imenso, foi realizado diagnóstico dos grandes problemas. Os países industrializados assumiram o compromisso de aumentar a sua contribuição, o seu repasse aos países em desenvolvimento, de 0,36% do seu produto bruto, que era o que eles estavam contribuindo naquele momento, para 0,70%. Com isso haveria um repasse de

---

\*Entevisa concedida em dezembro/2003 às professoras Lisbeth Oliveira e Maria Luisa Mendonça da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG.

\*\*Jornalista, ambientalista e consultor na área de Meio Ambiente.

120 bilhões de dólares anuais e os próprios países receptores acrescentariam 480 bilhões de dólares. Calculava-se que com 600 bilhões de dólares ao ano seria possível encaminhar as soluções. De lá pra cá o que aconteceu, na verdade, é dramático. A convenção de mudanças climáticas avançou até o Protocolo de Kioto, em 1997, e nele os países industrializados se comprometeram, no seu conjunto, a reduzir as suas emissões de gases que provocam o efeito estufa em 5,2%. Mas até hoje ele não entrou em vigor, pois para isso precisa da adesão de 55 países, responsáveis por pelo menos 55% das emissões. Os Estados Unidos se recusam a assinar, a Austrália, que é o maior comercializador de carvão mineral, a Rússia e os países produtores de petróleo, e com isso, ele não entrou em vigor ainda. Na área da biodiversidade, também não houve avanços, ao contrário, os últimos relatórios da Organização Para Alimentação e Agricultura da ONU - a FAO - dizem que continuam a ser perdidos de 130 a 150 mil quilômetros quadrados de floresta tropicais por ano, que são a maior fonte de biodiversidade. No Brasil mesmo, o último levantamento mostra que o desmatamento aumentou 40% em relação ao ano anterior, já estamos na faixa de pelo menos 25 quilômetros quadrados por ano. Isso significa um desmatamento na Amazônia, principalmente, de 70 quilômetros quadrados por dia. E na área da Agenda 21 também não houve progresso. A contribuição dos países mais ricos diminuiu, ao invés de aumentar: de 0,36%, caiu para 0,22%. Então, no ano passado, na Cúpula Mundial Sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, ficou muito claro, muito patente a consciência da insustentabilidade da situação no mundo hoje. São muitos relatórios que dizem que estamos consumindo mais de 20% de capacidade de reposição da biosfera e esse déficit aumenta 2,5% ao ano, pelo menos. Os discursos em Joanesburgo foram dramáticos, todos falando que é insustentável ter hoje mais de 80% da produção, do consumo e da renda no mundo, concentrados nos países industrializados, que têm menos de 20% da população. E isso num momento em que quase metade da humanidade vive abaixo da linha da pobreza, isto é, mais de 800 milhões de pessoas passam fome, mais de 1 bilhão de pessoas não têm acesso à água de boa qualidade, 2,5 milhões estão sem saneamento básico, e assim por diante. Só concluindo, a consciência em relação aos problemas cresceu, mas não se conseguiu até agora encontrar um caminho para mudar isto em âmbito planetário e muito menos instituições capazes de fazer isso.

**M.L.:** *Parece que existe uma tentativa de relacionar índices de pobreza e degradação ambiental, que estaria mais concentrada nas regiões e nos países mais pobres. Como conciliar sustentabilidade com pobreza?*

**W.N.:** Eu acho que é preciso deixar claro que a responsabilidade quase total pela degradação ambiental é dos ricos, e não dos pobres. Se você for procurar em cada coisa vai encontrar é a riqueza e, não a pobreza, gerando o problema. Por exemplo, vamos pegar Goiás, onde estamos. Em 40 anos, a proporção da população urbana e rural se inverteu: se anteriormente havia 80% da população na zona rural, hoje mais de 80% está nas cidades. Essas populações, na verdade, tiveram que sair da zona rural porque perderam possibilidade de continuar vivendo e trabalhando lá. Houve um processo intensíssimo de ocupação do cerrado, de mecanização das lavouras, de introdução das monoculturas, como a da soja, e essas populações tiveram que vir para as cidades. Chega nas cidades, o que acontece? Elas vão ocupar áreas da periferia urbana, áreas de risco, áreas de preservação ambiental, ou, então, vão ser a clientela desse processo desordenado de expansão, com a conivência do poder público, que permite a abertura e a implantação desses loteamentos sem nenhuma estrutura. Essa transferência brutal de populações para as cidades é que responde por esse problema; agora, foi a riqueza que produziu, não foi? Não foi a pobreza que gerou esse estado de coisas, porque essas populações todas chegam, se instalam e precisam de tudo, de estrutura de habitação, saneamento, transporte, energia, educação, saúde, segurança, lazer, limpeza urbana, de tudo. E o poder público está falido e não exige dos incorporadores imobiliários, ou não exigia até muito pouco tempo atrás, que implantassem essas infra-estruturas e respondessem por elas. Então, é um processo pelo qual os incorporadores imobiliários transferem os custos para o poder público, que também não pode fazer muito. Então tem essa degradação que, associada aos altos índices de desemprego e de baixa renda, gera, inclusive, os processos de violência que se vive hoje. Agora, eu estou dando um exemplo, mas qualquer um que você for buscar, vai encontrar a mesma coisa: a origem está na riqueza, e não na pobreza.

**M.L.:** *Então é uma falsa relação?*

**W.N.:** *É uma falsa relação.*

**M.L.:** *Quando se fala em desenvolvimento sustentável, deveria se falar também em consumo sustentável, não é? Como os interesses do capital se manifestam em relação a isso, se é que se manifestam? Parece que tem havido um silêncio em torno dessa questão, não houve muita repercussão da pesquisa da Unesco, de 2002, que informa que em vários países, inclusive no Brasil, os jovens não se preocupam com o consumo. Eles até sabem que seus atos podem ter conseqüências ambientais, mas não se lembram disso no momento do consumo. Como o senhor vê isso?*

**W.N.:** No mundo hoje existe uma lógica que estimula o consumo irresponsável e não o consumo responsável. Quanto mais você consumir – a mensagem que está colocada via propaganda, via televisão, via vários outros meios -, mais bem sucedido, mais feliz você será, mais oportunidades terá, e não há nenhuma preocupação com o que acontece pós-consumo. Esta é uma questão. Por outro lado, nós não temos legislação nem políticas públicas capazes de responsabilizar o consumo pelas conseqüências que produz. Vou dar um exemplo: o lixo. É preciso responsabilizar quem gera o lixo pelos custos da destinação e de uma política de lixo adequado. Os produtores de embalagens teriam que ser responsáveis pelos custos da coleta e da sua destinação. O Brasil tem um projeto de política nacional de resíduos sólidos em discussão, do qual o setor de embalagens se recusou categoricamente a participar, e isso produz custos brutais. Hoje a produção de lixo domiciliar e comercial, apenas no Brasil, é de 130 mil toneladas por dia. E, o custo médio de coleta disso é de 30 reais por tonelada, o que dá mais ou menos 4 milhões de reais por dia de coleta desse lixo, o que significa mais ou menos 1,5 bilhão de reais por ano, e é o poder público que paga. A primeira tentativa de mudar um pouco o que está havendo é a de São Paulo, onde foi criada uma taxa de lixo proporcional ao volume. Nós estamos muito atrasados nessa matéria. Na Alemanha, os produtores de embalagens são responsáveis por tudo, pela coleta e pela destinação do lixo. Lá existe um sistema pelo qual todos produtores de embalagens contribuem, a coleta seletiva é obrigatória e eles pagam umas empresas para coletar e dar a destinação: ou vai para usina de reciclagem, reutilização, ou para incineração. E isso custa a eles, 5 bilhões de dólares ao ano.

**L.O.:** *Mas tem profissionais de consultoria, não são eles mesmo que fazem. Eles têm empresas pela Europa inteira para esse fim.*

**W.N.:** Tem um fundo para o qual eles contribuem, e esse fundo se encarrega desse problema. Aqui, esses setores não pagam nada. Ninguém é responsável pelo lixo. O lixo é do governo e o governo que resolva essa coisa. Não tem estímulos, não tem legislação, não tem políticas públicas que induzam um consumo mais responsável. Em São Paulo, por exemplo, na época do Mario Covas, foi votada uma lei de compras responsáveis para o Estado. Quer dizer, o estado comprar coisas que fossem de consumo responsável. Até hoje não foi regulamentada.

**M.L.:** *Mas existe o argumento de que é o consumo que sustenta o desenvolvimento econômico.*

**W.N.:** Em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico não pode ir além da capacidade de reposição da biosfera e ele está indo além dessa capacidade. Isso é uma coisa suicida, você não pode destruir aquilo onde você vai fazer, inclusive, o seu desenvolvimento. Em segundo lugar, não é verdade que esse desenvolvimento seja o único formato possível, existem outros formatos de desenvolvimento. Recentemente, por causa da recessão, o governo federal baixou o IPI para automóvel novo, para estimular o consumo de automóvel. Com o dinheiro que o governo deixou de receber com esse imposto, daria para pagar o salário de todos os operários da indústria automobilística durante 50 anos. Você penaliza a sociedade toda para beneficiar um setor industrial, mais os compradores de carro. Agora, o que uma política pública no Brasil deveria era estimular a conservação das frota públicas de automóveis. Ia gerar enorme cadeia de empregos de mecânicos, de uma porção de coisas. O que se faz hoje é um crime, é uma coisa que se usa até certo ponto e depois leiloa, joga fora. É um consumo absolutamente irresponsável, que não gera emprego e é concentrador de renda. Há outras formas de desenvolvimento, essa não é a única.

**M.L.:** *Então, seria o caso de construir uma cultura de sustentabilidade ou uma cultura ambiental que fizessem parte do cotidiano das populações?*

**W.N.:** É indispensável fazer isso, é preciso ter políticas públicas que apontem nessa direção e que mostrem à sociedade que existem outras alternativas. Goiás tem esses programas de incentivos fiscais para implantação de empresas, sob a alegação de que isso gera emprego, gera uma porção de coisas. A última conta que eu vi, Goiás já concedeu quase 30 bilhões de reais de incentivo fiscais e a geração de empregos é mínima. Há setores, aos quais esses incentivos fiscais são concedidos, que custa 1 milhão de reais por emprego gerado. Agora, você pega o próprio Banco do Povo, que é do governo também: com uma média de 600 reais, você cria um posto de trabalho. Então, com aquele 1 milhão que você concedeu lá, você poderia beneficiar 1600 postos de trabalho pelo próprio Banco do Povo. A agricultura familiar responde ainda por 41% do produto da agricultura brasileira. No entanto, quem recebe um volume brutal de crédito, de subsídios e incentivos não é a agricultura familiar, é a grande agricultura, as monoculturas, que produzem todos os dramas.

**M.L.:** *O senhor disse que o progresso maior foi em termos de conscientização. Qual a contribuição das ONGs, das pequenas organizações na construção dessa nova cultura?*

**W.N.:** A contribuição das ONGs é enorme. Elas são as que mais trabalham pela divulgação, discussão e pressão sobre os governos para que façam as coisas adequadas. Agora, o poder delas é muito pequeno, a atuação, em geral, é uma local. Acho que é preciso haver um avanço e tenho a impressão de que alguns passos estão sendo dados nessa direção, de levar essa questão para o centro da discussão política. É transformar essas mal chamadas questões ambientais, porque tudo é ambiental, não conheço nada que não seja, é preciso transformar essas questões no centro e no início de todas as políticas públicas e de todos os empreendimentos. É preciso colocar isso no centro das campanhas eleitorais, discutir com a sociedade. Se você pegar a última campanha eleitoral no Brasil, para presidente da república, a impressão que se tinha era que a eleição era em Marte, não era aqui, porque não tinha nada concreto. Não tinha nada a ver com o solo, a

água, o ar. Discutia-se a dívida pública, a taxa de juros, o superávit primário, não sei o quê mais... agora, as questões complexas não existem. Como é que pode isso? Você está numa insustentabilidade brutal no Brasil, as grandes cidades já perto da ingovernabilidade, você já está numa guerra civil informal, o pessoal atirando na polícia. Ninguém governa mais essas grandes cidades e tudo isso é fruto dessas coisas. O que eu falei para Goiânia, para São Paulo, para Rio de Janeiro, vale pra todos os lugares.

*M.L.: Por falar em cidades, parece que tem uma experiência em Vitória, para a implementação da Agenda 21. O senhor conhece alguma tentativa de implementação da Agenda 21?*

**W.N.:** Não, não sei. Eu sei de alguma coisa ou outra isolada. Vitória foi a primeira capital brasileira que fez um programa, um plano diretor de limpeza urbana, começou a tratar de coleta seletiva, reciclagem, essas coisas. Mas eu não sei como é não.

*M.L.: Caso essa tentativa acontecesse aqui em Goiânia, o que seria preciso fazer primeiro, quais seriam as primeiras iniciativas necessárias para que conseguisse algo mais efetivo?*

**W.N.:** Eu creio que Goiânia já está tratando disso. Pelo menos, eu fui chamado há uns dois anos para uma reunião. Não pude acompanhar o processo, mas tenho impressão de que o processo está andando. O que eu acho é que o caminho deveria ser o mesmo caminho seguido para a Agenda 21 Nacional que começou contratando seis diagnósticos em seis áreas: gestão de recursos naturais, agricultura sustentável, cidades sustentáveis, redução das desigualdades sociais, infraestrutura e desenvolvimento regional, e ciência e tecnologia. Eu acrescentaria uma que seria a economia sustentável. Aí foram licitados seis diagnósticos e seis consórcios trabalharam nisso. Esses diagnósticos foram discutidos por muitas pessoas e depois foram levados a um workshop nacional em Brasília e acrescentadas então as colaborações que surgiram nessas discussões. Foi, então, produzido um documento inicial, chamado Agenda 21, Bases para Discussão.

*M.L.: Esses diagnósticos foram feitos por empresas privadas, universidades?*

**W.N.:** Foram feitos quase todos por consórcios, que incluíam ONGs, universidades, empresas. Esse documento - Agenda 21, Bases para Discussão - foi levado à discussão em quase todos os estados. Houve uma discussão específica em cada estado para que entrassem aí as questões mais locais. Depois, se juntaram os estados de cada região para produzir a discussão em âmbito regional. E aí, finalmente isso tudo foi sistematizado num outro documento, pela Comissão de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 21. O que eu acho mais importante nesse processo e que esses documentos têm estratégias, propostas de ações concretas, diagnósticos. Acho muito importante eles terem a memória dos conflitos discutidos. Enquanto você não colocar o conflito na mesa e discutir, não vai andar, você não tem como mudar o panorama de Goiás se não sentar com o pessoal da agropecuária e discutir com eles os custos que estão gerando. Você tem uma erosão de 10 quilos de solo por quilo de grão produzido em Goiás. Isto tem um custo ambiental, a perda da biodiversidade, o custo econômico, o assoreamento dos rios, a degradação das bacias hidrográficas, e a agropecuária se recusa a discutir isso. Ela diz que não tem responsabilidade nisso, que segue a legislação e as políticas públicas e que isso deve ser cobrado do governo. Tudo muito bem, então vamos sentar governo, agropecuária e sociedade para discutir essas coisas e mudar essa política. Mas eu acho que no Brasil há uma tendência a fugir à explicitação e à discussão dos conflitos, quer dizer, todo mundo tem medo de sentar à mesa e discutir o conflito. Agora, se não fizer isso não vai caminhar e acho que uma Agenda 21 tem que fazer isso também: botar o conflito na mesa e discutir, ver como é que vamos caminhar, quem é que vai responder por isso.

**M.L.:** *Sem que isso pareça uma ameaça ao capitalismo, não é? Para não causar pânico, pois essa argumentação é taxada de ser contra o desenvolvimento, o capitalismo.*

**W.N.:** Eu não sei se isso é ameaça ao capitalismo, acho que a questão é maior do que isso, pois se o capitalismo não for idiota, ele não pode ser suicida. Acho que também é necessário é envolver nisso a comunicação. A comunicação está muito longe dessas questões, e não é por acaso. Eu acho que a chamada questão ambiental é muito



ameaçadora para todo mundo, para o governo, para as empresas, e para a comunicação, que não pode fazer a comunicação do jeito que ela faz, a comunicação tem que mudar também.

**M.L.:** *O senhor está falando do seu papel?*

**W.N.:** Eu estou falando de tudo. Ela tem um modelo. Você acha que as coisas, mais os critérios, são essas que estão aí em discussão? Não são. Acho que é ameaçadora para o jornalismo. Os jornalistas, se levarem essas questões a sério, têm que mudar sua visão de mundo e a da sua profissão, de como exercer a sua profissão. A questão ambiental é ameaçadora pro cidadão também que começa a pensar nessas coisas: “Mas eu faço o quê?” “Como é que eu resolvo isso?” “Como é que eu me situo diante dessas coisas?” As pessoas têm pânico. As pessoas já estão em pânico. Eu já vi duas pesquisas feitas pelo Gallu, em São Paulo, que dizem que mais de dois terços da população gostaria de se mudar da cidade de São Paulo. Agora, dois terços da população da região metropolitana de São Paulo são mais de 10 milhões de pessoas. Como é que você muda 10 milhões de pessoas? Muda para onde? Para fazer o que? Como? E mesmo quando a pessoa tem alguma possibilidade, é muito difícil porque se pergunta: “Como é que eu faço?” “E o emprego da minha mulher?” “E a escola do meu filho?” “Meu pai que está ali, minha mãe que está lá, meus amigos...” É uma coisa muito difícil e as pessoas cada vez têm mais pânico. Eu fico pensando o seguinte: o que aconteceria numa cidade como São Paulo, se a televisão não funcionasse durante uma semana? Já pensou as pessoas devolvidas a elas mesmas, durante uma semana, sem ter essa ocupação do seu tempo livre, olhar nos olhos dos outros ali. E se for todo mundo para rua não vai caber e, então, vai fazer o quê? É uma situação dramática. A gente já vive numa situação dramática.

**L.O.:** *Um estado como Goiás, onde a gente vê claramente que apesar da degradação do cerrado o governo se posiciona a favor da continuação dessa política. E faz acordos com outros governos, que vêm com uma perspectiva diferente, parece que os políticos de lá têm com uma orientação diferente. Mas, quando chegam aqui encontraram outro campo: “não vamos ativar o lado dos*

*negócios.” Ou seja, o pequeno agricultor, a agricultura orgânica, uma tentativa diferente, que o país já está bem avançado nessa direção, e esperava encontrar essa parceria aqui, você não acha terreno...*

**W.N.:** Isso faz parte desse processo da insustentabilidade. Você, o Brasil, o agronegócio brasileiro, exporta absorvendo os custos sociais, ambientais, sem nenhuma compensação, aliás, sem nenhuma consideração, sem nenhuma discussão. Quer dizer, os países importadores não pagam nada, eles pagam o preço que eles mesmos impõem porque dominam os mecanismos de mercado mundial. Enquanto isso, países como o Brasil, pagam tudo do que importam. É o alto custo de todos os fatores dos países industrializados. Pagam a mão-de-obra, que é muito bem remunerada, as tecnologias, o conhecimento, todas essas coisas. Por isso, a renda vai se concentrando no mundo. Quer dizer, eles ficam cada vez mais ricos, cada vez mais adequados em termos ambientais, enquanto a gente fica cada vez mais pobre e mais degradado. Esse é o processo e sem vantagem. O Brasil, se você olhar séries históricas dos principais produtos de exportação, produtos primários, commodities, tem quedas de preços reais em todas elas. Na carne, no minério de ferro. O Brasil recebe pela carne, hoje, quase 20% menos do que recebia há uma década. Pela soja, recebe menos do que recebia há 15 anos. E você vai nesse processo, não consegue, com isso tudo, manter uma fatia que é quase nada do mercado. O Brasil, em 1964, tinha 1% do comércio mundial; hoje tem 0,8%. Agora, enquanto isso você tem essa coisa dramática que é a concentração de renda no mundo. O relatório de 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento mostra o seguinte: hoje, as três pessoas mais ricas do mundo, juntas, têm ativos superiores ao do produto bruto anual dos 48 países mais pobres, onde vivem 600 milhões de pessoas. Então, quer dizer que três pessoas têm mais do que a renda anual de 600 milhões de pessoas. Se você pegar as 250 e poucas pessoas que têm ativos superiores a 1 bilhão de dólares, juntas elas têm o equivalente à renda de 45% da humanidade. Isso é insustentável.

**M.L.:** *O senhor estava falando sobre o medo. Se as pessoas ficassem sozinhas com elas mesmas, elas teriam medo também. Não só esse medo do qual a gente tem notícia nas cidades maiores*

*- aqui em Goiânia há também um certo grau de medo - mas não é uma coisa que intimida tanto quanto no Rio e São Paulo. Esse medo se ver sozinho, de ter que enfrentar uma mudança...*

**W.N.:** A sociedade brasileira, hoje, vive, de modo geral, a insegurança. E é uma insegurança, que não é só física, não é só o medo da violência, é uma insegurança geral. Quer dizer, a insegurança sobre o trabalho e a renda. É uma insegurança em relação ao futuro e ao que se espera para os filhos. É uma insegurança em relação ao meio ambiente, à qualidade da educação que as crianças e os jovens recebem. É uma insegurança geral. Tem certas faixas da população nas quais isso é muito mais dramático. Você pega a população de idosos nas grandes cidades brasileiras é uma calamidade; a única coisa que o idoso pode fazer é ficar na janela, respirando fumaça. Ele não pode sair na rua, porque vai ser assaltado, atropelado, desrespeitado, uma porção de coisas. O idoso não tem mais lugar na vida social. A insegurança física está atingindo níveis muito alarmantes. Eu saí do Rio de Janeiro, em 1982, para Goiás, exatamente quando comecei a pensar o seguinte: “eu não tenho mais o direito, a possibilidade de andar a pé nessa cidade”. Eu perdi esse direito e não quero morar numa cidade onde eu não possa andar, onde eu tenha que viver fugindo, viver escondido e vim para Goiás. Naquela época, quando eu conversava com os meus amigos, eu dizia: “Gente, nós estamos começando a viver uma guerra civil informal”. Quer dizer, está começando já a ter domínio territorial. Naquela época, durante a noite, ninguém entrava nos morros que era do domínio do tráfico de tóxicos. Hoje não é só à noite. Hoje é à noite e de dia. Dá toque de recolher, manda fechar tudo, agora estão começando a agredir, a atirar no quartel, atirar em todos os lugares, então, para que isso seja uma guerra civil clássica, só falta o mote político. O resto você já tem. Então, como não viver com medo num lugar desses? Você não sabe o que lhe vai acontecer, não sabe o que lhe reserva o futuro, o que vai ser a vida dos seus filhos, o que vai ser o seu meio ambiente, não sabe o que vai ser sua qualidade de vida; então, o nível de insegurança e de medo é muito forte hoje. Nesses 21 anos que moro em Goiás, o que já se perdeu em qualidade de vida, é uma coisa brutal. Goiânia, quando eu me mudei para cá, em 1982, era um encanto de cidade. Eu, inclusive, digo para as pessoas que eu vim dirigir um jornal, o Diário da Manhã, e quando chegava na reunião do conselho editorial, todo dia tinha o mesmo drama: tinha um espaço reservado

para o noticiário policial, mas não tinha notícia. Agora hoje, você olha o que é considerado o noticiário policial e vê que talvez seja o que ocupa o maior espaço na comunicação.

*M.L.: Gostaria de saber a opinião do senhor sobre a necessidade de uma ecologia social e uma ecologia das relações interpessoais.*

**W.N.:** Todo mundo vai ter que colocar todas essas questões no centro das suas preocupações e transformá-las em preocupação política. Não tem como mudar esse quadro sem ter políticas públicas que induzam nessa direção. Que é possível mudar, é, não precisa ter apenas vontade política, precisa ter capacidade política. De 1995 a 1998, dirigi Instituto Dom Fernando, ligado à Sociedade Goiana de Cultura, e uma das linhas de atuação do instituto era um projeto de desenvolvimento comunitário integrado, nos bairros Dom Fernando I, Dom Fernando II, Aroeiras I, Aroeiras II e no Jardim Conquista. Era uma área com enormes carências, toda de migrantes, pessoas que foram ocupando, inclusive, uma grande área da igreja, que acabou doando os terrenos. O projeto mostrou como, com poucos recursos, você pode fazer coisas importantes. A primeira coisa feita foi um centro de educação profissional, para requalificar a mão-de-obra que não tinha condição de chegar ao mercado. Com a formação que tinham trazido do interior ou de outros estados, eles iam ser empurradores de carrinho de picolé, no máximo ajudante de pedreiro. Então, o Centro de Educação Profissional, que foi construído e implantado, tinha cursos desde alfabetização de adultos até informática, passando pelos de corte e costura industrial e cabeleireiro e manicure, que eram os de maior desejo das mulheres, para agregar um pouco de renda em casa. Tinha cursos de mecânico elétrico, mecânico hidráulico, carpinteiro, pedreiro, mais. Uma segunda unidade era uma escola de circo para crianças e adolescentes em situação de rua - que era um problema gravíssimo lá -, e que se recusavam a ir para a escola. Então, foi criada a escola de circo e a condição para poder ficar na escola de circo era voltar para a escola formal. Foi um processo muito bonito. Outros dois projetos foram o de plantas medicinais comunitário e a usina de lixo. E o que eu digo: se você conseguir uma política, você faz. Conseguimos um dinheiro na Secretaria de Assistência Social, em Brasília, para implantar a usina e para comprar os caminhões de coleta. Fizemos um

convênio com o SEBRAE para formar o pessoal e ensinar as pessoas se organizarem como cooperativa, operar e administrar uma usina de lixo. A prefeitura deu o terreno, e por meio de um convênio, também passava para a cooperativa a coleta do lixo nesses cinco bairros, pagando menos do que pagava para a empresa que fazia essa coleta. Com o Ministério do Meio Ambiente fizemos um programa de educação ambiental para ensinar a população a separar o lixo, e era o grupo de teatro da escola de circo que fazia esse programa com a comunidade. Passaram a trabalhar lá 60 e tantas pessoas coletando lixo, separando e reciclando. Reciclava-se o lixo orgânico, fazia composto, fertilizante, papel e papelão eram transformados em telhas revestidas de betume e que substituía as de amianto com muitas vantagens. O plástico, PVC, também era reciclado e com isso se gerou renda para 60 e tantas pessoas, que antes estavam desempregadas e não tinham o quê fazer. Agora, teve uma decisão política também nessa história: o governo federal, -com a Secretaria de Assistência Social e o Ministério do Meio Ambiente - a prefeitura e a própria igreja se juntaram numa política. É pena que as outras unidades do projeto, depois eu saí em 1998, não foram realizadas, porque tinha projeto do complexo esportivo, um habitacional, para tirar o pessoal que morava numa área de risco dentro de uma erosão, lá no Jardim Aroeiras, e o de transformar aquilo num parque público que produzisse também ervas medicinais pra exportação e, o que era o meu sonho, a unidade final que ia juntar isso tudo em um centro cultural. Eu já estava conversando com uns artistas, e ia ter curso de pintura, de gravura, de dança, de expressão corporal, de fotografia, ia ter um jornal e uma rádio comunitária que era para esse pessoal começar a recuperar a sua identidade perdida. Mas não cheguei até aí. Mas é possível, você pode mudar e isso mudava o meio ambiente do bairro, influía culturalmente, economicamente, socialmente. É possível fazer, o dinheiro que você gasta mal, você pode gastar bem. Para isso é que é preciso ter consciência.

*M.L.: Ou seja, as relações objetivas que provocam uma mudança subjetiva...*

*W.N.:* Eu acho que Goiânia passou da hora de replicar, multiplicar projetos como esse, por que não faz isso em vários lugares da cidade e não entrega para cooperativas, para gerar postos de trabalho e ren-

da para as pessoas? Por que tem que ser uma empresa, monopolizar a coleta e a destinação do lixo, não é?

**M.L.:** *O filósofo português, Boaventura Souza Santos, fala que é necessário uma humanização das ciências, no sentido de incorporar a preocupação com a vida das pessoas nos procedimentos científicos e também da necessidade de articular os saberes populares e tradicionais com o saber científico, e transformar a ciência num novo senso comum. Não esse senso comum que a gente conhece e nem a mera divulgação, mas a popularização da ciência. Então, como é que as universidades, os institutos de pesquisas podem colaborar para isso? Há trabalho nesse sentido, ou os trabalhos ainda são isolados, como é que o senhor percebe essa questão?*

**W.N.:** De modo geral, há muito tempo eu penso isso e falo isso; em 1964 a universidade foi muito perseguida e muito reprimida. E a universidade foi se encolhendo nesse processo de repressão porque o seu pensamento foi reprimido e a sua ação foi reprimida também. Ela foi encolhendo se distanciando da sociedade, eu acho e acabou se reduzindo muito ao papel de formadora de mão-de-obra qualificada. E num processo de crise cada vez maior, porque essa mão-de-obra qualificada está cada vez mais saturada no mercado, tem menos possibilidade de colocação. Às vezes tem uma greve na universidade e, fora as pessoas que estão na universidade e as suas famílias, as outras pessoas nem percebem. A sociedade também não vai reagir porque não tem uma relação direta com a universidade. Eu acho é que a universidade precisa recuperar o seu papel, a sua relação com a sociedade, se colocar a serviço da sociedade e ser capaz de produzir soluções. Por exemplo: Por que a universidade não faz planos diretores pras pequenas cidades de Goiás? Ela tem especialistas capazes de fazer isso. A Universidade Católica está começando a fazer alguma coisa. Mas, por que a universidade não discute mais certos problemas? Problemas ambientais de Goiânia, por exemplo? Agora, a universidade também, ao mesmo tempo, enfrenta esse problema até dentro dos seus muros. A universidade não consegue resolver o problema dos seus resíduos, dos seus esgotos. Então, acho que a universidade se isolou, se fechou e, ao mesmo tempo, tem essa questão do chamado saber científico, que é como se fosse um saber privilegiado e isso é

um problema complicado. Quer dizer, deve se achar que esse é um saber privilegiado e que está acima dos outros saberes e que tem a palavra final. Eu acho que a ciência é uma das formas de conhecimento possíveis, mas não é a única forma e precisa se interar com as outras formas de conhecimento. O saber da universidade precisa ser colocado a serviço da sociedade e interagir com a sociedade. Quer dizer, junto com os outros saberes todos, há outros saberes.

**M.L.:** *A gente estava comentando sobre a necessidade de uma outra cultura de sustentabilidade, uma cultura ecológica em todos os sentidos. O senhor acha que as universidades, principalmente de comunicação, de educação, de artes, enfim, nos seus vários departamentos e divisões, poderiam contribuir para a consolidação dessa cultura? Percebe-se que muitas iniciativas não têm continuidade, não há sedimentação, as mudanças não se introduzem efetivamente no cotidiano das pessoas.*

**W.N.:** Acho que as universidades vão ter que repensar tudo. Você não pode mais continuar com o saber compartimentado como é hoje, e principalmente compartimentado e um pouco fora das questões concretas que a gente está chamando aí de ambiental. Como é que você pode pensar qualquer coisa fora disso aí?

**M.L.:** *Existe agora uma tendência de rever essa compartimentalização...*

**W.N.:** Tem que rever mesmo, e tem que rever e muito as áreas. Acho que é impossível não ter na comunicação um processo de formação mínima das pessoas em relação a essas coisas, porque acho impossível fazer bom jornalismo se não levar essas coisas em consideração. Como é que você vai discutir a economia em Goiás, se você não levar em conta os custos para o modelo agropecuário ou os problemas ambientais da indústria, ou a questão dos recursos hídricos, ou todas essas coisas? Como é que você vai fazer publicidade sem discutir consumo sustentável? Como é que você vai discutir consumo sustentável, se você não discutir esse concreto todo? Então, vai ser preciso rever toda essa coisa. Eu suponho que em algum momento as universidades vão ter, digamos assim um início que seja comum. Vai ha-

ver um ano, dois anos, eu não sei quanto, em que a coisa vai ser comum, um curso comum a todas as áreas. E depois disso, então, você vai ter aí as questões específicas da área que escolher. Não pode mais seguir nessa forma seccionada do conhecimento.